

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA**

CNPJ nº 23.453.830/0007-65

**Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)**

<b>Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018</b> Em Reais (R\$)				<b>Demonstração do Superávit dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)</b>			
	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>		<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>				<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>6.420.994</b>	<b>4.986.117</b>	<b>Receitas Operacionais</b>		<b>33.778.753</b>	<b>29.630.367</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.394.368	1.603.398	Serviços prestados pacientes SUS		33.778.753	29.630.367
Contas a receber	5	2.415.808	2.869.992	<b>Custos</b>		<b>(25.986.526)</b>	<b>(23.066.286)</b>
Estoques		517.011	453.627	Serviços de terceiros		(13.428.842)	(11.630.359)
Adiantamento a Funcionários		40.034	49.506	Pessoal e encargos		(8.857.458)	(7.746.879)
Partes Relacionadas	8	162	3.149	Materiais e medicamentos		(3.700.226)	(3.689.048)
Outros Créditos		50.201	1.435	<b>Despesas</b>		<b>(5.100.347)</b>	<b>(4.889.358)</b>
Despesas antecipadas		3.410	5.010	Pessoal e encargos		(1.858.101)	(1.936.720)
<b>Não Circulante</b>		<b>2.663.180</b>	<b>2.759.864</b>	Despesas gerais e administrativas	14	(3.101.948)	(2.827.529)
Contas a receber	5	2.236.311	2.236.311	Depreciação/amortização		(108.406)	(120.730)
Depósitos judiciais	12	243.411	243.411	Impostos, taxas e contribuições		(4.972)	(4.379)
Imobilizado líquido	6	169.479	200.003	Outras receitas e despesas operacionais		(26.920)	
Intangível líquido	7	13.979	80.139	<b>Financeiras Líquidas</b>		<b>(3.676)</b>	<b>(117.966)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.084.174</b>	<b>7.745.981</b>	Despesas financeiras		(43.118)	(152.177)
<b>Passivo</b>				Receitas financeiras		39.442	34.211
<b>Circulante</b>		<b>3.861.439</b>	<b>5.163.779</b>	<b>Superávit do Exercício</b>		<b>2.688.204</b>	<b>1.556.757</b>
Fornecedores	9	1.754.528	3.250.005	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)</b>			
Obrigações trabalhistas	10	1.710.013	1.588.007	<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obrigações sociais	11	257.491	235.135	Superávit do exercício		2.688.204	1.556.757
Obrigações fiscais		138.924	86.475	<b>Ajustes para reconciliar o resultado</b>			
Outras contas a pagar		483	4.157	Depreciação/amortizações		108.405	120.730
<b>Não Circulante</b>		<b>3.608.756</b>	<b>3.656.419</b>	<b>Superávit ajustado</b>		<b>2.796.609</b>	<b>1.677.487</b>
Partes relacionadas	8	3.433.558	3.481.221	<b>Variações das contas de ativo e passivo</b>		<b>(946.255)</b>	<b>(1.006.440)</b>
Provisão para contingências	12	175.198	175.198	Redução / (Aumento) em créditos - circulante		417.877	(1.049.304)
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.457.233</b>	<b>(1.074.217)</b>	Aumento em estoques		(63.384)	(182.391)
Patrimônio social negativo		(1.074.225)	(2.630.974)	Redução das despesas antecipadas		1.600	174
Superávit acumulado		2.688.204	1.556.757	(Redução) / Aumento em fornecedores		(1.495.477)	33.678
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>9.084.174</b>	<b>7.745.981</b>	Aumento de obrigações trabalhistas		122.006	167.879
				Aumento de obrigações sociais		22.356	40.326
				Aumento / (Redução) de obrigações tributárias		52.449	(17.849)
				(Redução) / Aumento de outras obrigações		(3.674)	1.047
				Ajustes patrimoniais		(8)	-
				<b>Caixa líquido proveniente</b>		<b>1.850.354</b>	<b>671.047</b>
				<b>das atividades operacionais</b>			
				<b>Caixa líquido utilizado nas</b>		<b>(11.721)</b>	<b>(55.598)</b>
				<b>atividades de investimento</b>			
				Aquisição de imobilizado		(11.721)	(54.939)
				Aquisição de bens do intangível		-	(659)
				<b>Caixa líquido (utilizado nas)</b>		<b>(47.663)</b>	<b>885.454</b>
				<b>das atividades de financiamento</b>			
				Partes relacionadas		(47.663)	728.708
				Transferências enviadas		-	156.746
				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.790.970</b>	<b>1.500.903</b>
				<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>		<b>1.603.398</b>	<b>102.495</b>
				Saldo existente no início do exercício		3.394.368	1.603.398
				Saldo existente no final do exercício		<b>1.790.970</b>	<b>1.500.903</b>
				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.790.970</b>	<b>1.500.903</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 - Em Reais - R\$**

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: Ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos do COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições. *continua*

continuação

reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequa-

das para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

	2019	2018
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa	1.000	1.000
Banco conta movimento	929.204	1.343.530
Aplicações financeiras	2.464.164	258.868
	<b>3.394.368</b>	<b>1.603.398</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 30/06/2023.

	2019	2018
Contrato 002/2018 - SESPA	2.415.808	2.869.992
<b>Total circulante</b>	<b>2.415.808</b>	<b>2.869.992</b>
Contrato 020/2013 - SESPA	2.236.311	2.236.311
<b>Total não circulante</b>	<b>2.236.311</b>	<b>2.236.311</b>

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de exercícios anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas. **6. Imobilizado:** Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Móveis e Utensílios	Aparelho Medicina	Equip. de Informática	Máquinas e Equip.	Instr. Cirúrgicos	Total
	10%	10%	20%	10%	10%	
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>59.143</b>	<b>5.771</b>	<b>32.174</b>	<b>82.590</b>	<b>20.034</b>	<b>199.712</b>
Saldo inicial	18.765	435	2.710	32.417	612	54.939
Adições	(10.253)	(751)	(25.092)	(15.472)	(3.080)	(54.648)
Depreciação	59.143	5.771	32.174	82.590	20.034	199.712
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>67.655</b>	<b>5.455</b>	<b>9.792</b>	<b>99.535</b>	<b>17.566</b>	<b>200.003</b>
Saldo inicial	67.655	5.455	9.792	99.535	17.566	200.003
Adições	3.838	3.659	-	4.224	-	11.721
Depreciação	(11.419)	(895)	(9.791)	(17.014)	(3.126)	(42.245)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>60.074</b>	<b>8.219</b>	<b>1</b>	<b>86.745</b>	<b>14.440</b>	<b>169.479</b>

apresentado em 2018. Entretanto, os planos e esforços da Administração são mantidos com objetivo de assegurar sua recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico financeiro de suas atividades junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

	2019	2018
<b>14. Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Serviços de gestão	(1.641.880)	(1.471.097)
Energia elétrica	(810.048)	(802.032)
Aluguel de máquinas	(372.524)	(209.554)
Viagens e hospedagens	(87.640)	(95.040)
Outros	(189.856)	(249.806)
	<b>(3.101.948)</b>	<b>(2.827.529)</b>

**15. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2019	2018
Cota patronal	2.409.621	1.690.960
Terceiros	149.319	490.378
RAT/SAT	22.540	169.096
<b>Total INSS</b>	<b>2.581.480</b>	<b>2.350.434</b>
COFINS	1.013.363	888.910
<b>Total COFINS</b>	<b>1.013.363</b>	<b>888.910</b>
	<b>3.594.843</b>	<b>3.239.344</b>

**16. Cobertura de Seguros:** Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **17. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	2.464.165	258.868
Contas a receber	4.895.692	5.109.452
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>7.361.876</b>	<b>5.368.320</b>
Fornecedores	1.754.528	3.250.005
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1.754.528</b>	<b>3.250.005</b>

Tailândia-PA, 13 de março de 2020

	Software	Total
	20%	
<b>7. Intangível</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>145.562</b>	<b>145.562</b>
Saldo Inicial	659	659
Adições	-	-
Amortização	(66.082)	(66.082)
<b>Saldo final</b>	<b>80.139</b>	<b>80.139</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>80.139</b>	<b>80.139</b>
Saldo Inicial	-	-
Adições	-	-
Amortização	(66.160)	(66.160)
<b>Saldo final</b>	<b>13.979</b>	<b>13.979</b>

**8. Partes Relacionadas:** Em 2019, o montante a receber de R\$ 162 (R\$ 3.149 em 2018), refere-se a recursos a receber de serviços laboratoriais prestados a hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar, em 2019, de R\$ 3.433.558 (R\$ 3.481.221 em 2018), refere-se contas a pagar para hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

	2019	2018
<b>9. Fornecedores</b>		
Materiais e medicamentos	285.143	802.798
Serviços	521.998	762.555
Serviços médicos	947.387	1.684.652
	<b>1.754.528</b>	<b>3.250.005</b>

	2019	2018
<b>10. Obrigações Trabalhistas</b>		
Obrigações com pessoal	650.953	636.646
Provisão de férias	980.655	880.952
Provisão FGTS s/férias	78.405	70.409
	<b>1.710.013</b>	<b>1.588.007</b>

	2019	2018
<b>11. Obrigações Sociais</b>		
INSS a recolher	65.542	62.349
FGTS a recolher	93.548	85.866
IRRF s/ folha a recolher	97.801	83.880
Contribuição Sindical a recolher	600	3.040
	<b>257.491</b>	<b>235.135</b>

**12. Provisão para Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$175.198 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2019	Possível	2018
Cível	415.400		40.000
Trabalhista	1.725.212	2.275.890	
	<b>2.140.612</b>	<b>2.315.890</b>	

Em 2019, a Entidade possuía R\$ 243.411 (R\$ 243.411 em 2018) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **13. Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2019, o Hospital apresentou superávit que reverteu o patrimônio social negativo de R\$1.074.217

**Joaquim Wellington Fonseca Junior** - Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30 **Lienay Teixeira de Macedo Koury** - Contadora - CRC PA 021003/O-3

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Geral de Tailândia - Tailândia - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em

continua

lação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preapros de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção rele-

vante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020.

**Planners Auditores Independentes**

CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

**Valter Piovam**

Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

**Heitor Piovam**

Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

